



Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Medicina da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública

Edital Suplementar de Seleção nº 01/2019 – Mestrado e Doutorado – Vagas para Indígenas e Pessoas com Deficiência

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais FAZ SABER que, **no período de 01 de outubro de 2018 a 30 de outubro 2018, estarão** abertas as inscrições para a seleção de candidatos indígenas e com deficiência aos cursos de **MESTRADO e DOUTORADO**, em cumprimento à Resolução no 02/2017, de 04 de abril de 2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da UFMG.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Para concorrer às vagas oferecidas neste edital, o candidato deverá, obrigatoriamente, comprovar sua condição de pessoa com deficiência ou indígena.

1.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias indicadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações e na súmula Nº 377-STJ, de 22 de abril de 2009, e Lei 12.764/2012.

1.3. Consideram-se indígenas os candidatos assim autodeclarados, que apresentarem declaração sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade, e declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em comunidade indígena.



2. DAS VAGAS

2.1. Serão oferecidas, para ingresso no primeiro semestre de 2019, **duas vagas para o Mestrado** (uma para indígenas e uma para pessoas com deficiência) e **duas vagas para o Doutorado** (uma para indígenas e uma para pessoas com deficiência).

2.2. A reserva de vagas destinada ao processo seletivo somente será aplicada aos candidatos que cumprirem os critérios exigidos em cada modalidade de vaga selecionada.

2.3. A opção de reserva de vagas só poderá ser feita no ato da inscrição no processo seletivo, observado o período determinado para esse procedimento.

2.4. As áreas de concentração do Programa são as seguintes: epidemiologia e saúde pública (mestrado) e saúde pública (doutorado).

2.5. As vagas serão preenchidas pelos (as) candidatos (as) aprovados (as) que obtiverem melhor classificação, respeitando-se o limite máximo de vagas deste edital, independentemente das áreas de concentração ou linhas de pesquisa.

2.6 A Coordenação do Programa/Curso poderá a seu critério e visando atender aos interesses públicos, fazer alterações neste Edital, as quais serão divulgadas na página eletrônica do Programa/Curso: http://www.medicina.ufmg.br/cpg/programas/saude_publica/, em prazo hábil, por meio de editais complementares ou retificadores. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo.

3. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. Antes de se inscrever no concurso, o candidato deverá tomar ciência do conteúdo deste Edital, incluindo os demais documentos que o integram, para certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.2. As inscrições serão feitas exclusivamente da forma presencial, no Centro de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da UFMG, na Avenida Professor Alfredo Balena, 190 – 5º andar, Sala 503 - Centro - CEP 30130-100 - Belo Horizonte – MG, de segunda a sexta-feira (exceto em feriados e recessos acadêmicos), **no horário de 08:30 às 11:30 horas**, no período de **01 de outubro de 2018**



a **30 de outubro 2018**, onde poderão ser fornecidas informações complementares. No ato da inscrição o candidato poderá se fazer representar por um **Procurador**, constituído por meio de **Procuração Simples**, a qual deverá ser entregue junto com os documentos da inscrição, e o procurador deverá apresentar um documento de identidade com foto. Contatos: telefone (31) 3409 9640; E-mail: ppgsp.medicinaufmg@gmail.br; página web: <https://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/>.

3.3. Integram o presente edital os seguintes formulários (disponíveis no site do curso):

- a) Formulário de Inscrição do Curso;
- b) Formulário Autodeclaração de pessoa com deficiência;
- c) Modelo de relatório do médico assistente (ou outro, desde que contenha todas as informações que constam do modelo);
- d) Formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova;
- e) Formulário de autorreconhecimento Indígena;
- f) Formulário de declaração de lideranças indígenas;
- g) Formulário de declaração de residência em comunidade indígena.

3.4. No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá anexar relatório médico que atesta o tipo de deficiência que apresenta, informar se necessita e quais medidas são necessárias para a realização das provas, demandas que serão atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

3.5. O candidato que declarar ter alguma deficiência, se classificado no processo seletivo, deverá se submeter à perícia médica por órgão específico da UFMG. O ingresso do candidato com deficiência aprovado no curso fica condicionado à caracterização de sua deficiência atestada pela perícia médica.



3.6. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO – COMUNS AO MESTRADO E DOUTORADO

3.6.1 Podem requerer inscrição os portadores de diploma de curso de graduação aprovado pelo MEC. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar, pessoalmente ou por procuração simples, todos os seguintes documentos que são comuns ao MESTRADO e ao DOUTORADO:

a) formulário de inscrição de edital suplementar, em modelo disponível na Secretaria e no sítio do Programa: <https://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/processo-seletivo/>, devidamente preenchido, no qual o(a) candidato(a) definirá sua opção por um curso (mestrado ou doutorado) e por uma área de concentração, e identificando a modalidade de vaga e se tem necessidade de condição especial para realizar a prova;

b) 01 (uma) fotografia 3x4;

c) cópia de diploma de graduação (frente e verso) expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ou documento que comprove estar o candidato em condições de ser graduado antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, ficando tal registro condicionado à prova de conclusão da graduação;

d) cópia do histórico escolar do curso de graduação;

e) cópia de um dos seguintes certificados obtidos nos últimos 3 (três) anos: i) certificado de aprovação em exame de língua inglesa emitido pelo CENEX/FALE/UFMG, nos termos da Resolução Nº 08/2008 do CEPE/UFMG; ii) TOEFL Test of English as Foreign Language ITP Institutional Testing Program - com pontuação mínima de 499 (quatrocentos e noventa e nove) para o nível intermediário/avançado ou TOEFL iBT - com pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos; iii) IELTS - International English Language Test - com pontuação mínima de 5,5 (cinco vírgula cinco) pontos; iv) Michigan – ECPE – Examination for the Certificate of Proficiency in English – com conceito A, B ou C; v) Cambridge - CPE- Certificate of Proficiency in English - com conceito A, B ou C; vi) FCE- First Certificate in English da University of Cambridge - com conceito A, B ou C; vii) a pertinência de outros certificados de proficiência em língua inglesa em nível intermediário ou superior será avaliada pela Comissão



Examinadora, desde que apresentados no ato da inscrição;

f) prova de estar em dia com as obrigações militares: cópia do certificado de reservista (para candidatos do sexo masculino) - no caso de candidato brasileiro - e, no caso de candidato estrangeiro, cópia dos documentos exigidos pela legislação específica;

g) cópia dos documentos pessoais: Documento de Identidade, cadastro de pessoa física (CPF), certidão de nascimento ou certidão de casamento e certidão de quitação eleitoral a ser obtida em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidaode-quitacao-eleitoral>. Não serão aceitos comprovantes individuais de votação ;

h) cópia do comprovante de endereço;

i) candidato(a)s estrangeiro(a)s deverão apresentar os documentos exigidos pela legislação específica e comprovar conhecimento de língua portuguesa, mediante a apresentação de cópia do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros-Celpe-Bras (nível intermediário);

j) para concorrer como candidato com deficiência os seguintes formulários preenchidos deverão ser apresentados:

i) autodeclaração de pessoa com deficiência;

ii) relatório do médico assistente;

iii) formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova.

k) para concorrer como candidato indígena os seguintes formulários preenchidos, em modelo disponível na Secretaria e no sítio do Programa (<https://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/processo-seletivo/>), deverão ser apresentados:

i) autorreconhecimento indígena;

ii) declaração assinada por pelo menos três lideranças indígenas e declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em



comunidade indígena;

3.7. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO – ESPECÍFICOS PARA DOUTORADO

3.7.1. No ato da inscrição, além dos documentos comuns à todos (descritos no item 3.6. deste edital), os candidatos ao DOUTORADO deverão apresentar também, pessoalmente ou por procuração simples, os seguintes documentos:

a) 1 via impressa e 1 via digital salva em CD ou pendrive, em formato PDF, do “Curriculum Lattes” com cópia de todos os documentos comprobatórios das informações constantes no currículo (modelo do currículo disponível na Plataforma Lattes do CNPq, acesso pelo site www.cnpq.br);

b) 1 via impressa e 1 via digital salva em CD ou pendrive, em formato PDF, da cópia de, pelo menos, um artigo publicado nos últimos 5 (cinco) anos, ou carta de aceite para publicação, em periódico nacional ou estrangeiro indexado à base de dados “Medline” (acesso: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/>) ou em periódico classificado como Qualis B3 ou superior em qualquer área da saúde na CAPES;

c) 1 via impressa e 1 via digital salva em CD ou pendrive, em formato PDF, do projeto de tese com no máximo 11 páginas (incluindo a folha de rosto), em letra Arial 11, espaço duplo, contendo: folha de rosto com o título do projeto e o nome do candidato. Na sequência: título do projeto, introdução/antecedentes científicos, objetivos, hipóteses, material e métodos, referências bibliográficas, cronograma de execução e orçamento. Não poderá haver ao longo do texto qualquer identificação do candidato sob pena de desclassificação. No arquivo em PDF a Folha de Rosto deve ser salva em um PDF separadamente do restante do projeto. A relação dos orientadores e das linhas de pesquisa do Programa estão disponíveis no site do Programa <http://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/>;

d) 1 via impressa e 1 via digital salva em CD ou pendrive, em formato PDF, da carta de intenções, em uma lauda, dirigida à Coordenação do Programa e indicando:

1) motivo(s) que levou(aram) o(a) candidato(a) a buscar o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública;



2) o título do projeto de tese proposto e a linha de pesquisa de inserção no Programa;

3.8. Inscrições com documentação incompleta, ou enviada fora do prazo estabelecido neste Edital **SERÃO INDEFERIDAS. Nenhum documento poderá ser anexado após a inscrição.** Não será recebida qualquer forma de inscrição ou documentação por e-mail.

3.9. O deferimento do pedido de inscrição (resultado da análise da documentação apresentada) será divulgado no dia **07 de novembro de 2018**, no mural da Secretaria e na página web do Programa.

3.10. No ato da inscrição será atribuído ao(a) candidato(a) um número de identificação que será utilizado para manter seu anonimato durante a correção de sua prova pela Comissão de Seleção.

3.11. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a UFMG do direito de excluir deste concurso, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas, independentemente de qualquer aviso ou diligência, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos, cabendo, neste caso, ampla defesa conforme o item 9.9 deste Edital.

4. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

4.1. Cada curso (Mestrado e Doutorado) terá uma Comissão de Seleção própria, que será composta por, pelo menos, 2 (dois) docentes permanentes do Programa, e 1 (um) professor/pesquisador externo ao Programa, todos indicados pelo Colegiado. A relação nominal das Comissões de Seleção será divulgada na página web Programa e no mural da Secretaria do Centro de Pós-Graduação, até 48 horas antes do início do processo seletivo, juntamente com as declarações de inexistência de impedimento e suspeição de cada membro das bancas.

5. DO PROCESSO SELETIVO - MESTRADO

5.1. A seleção dos candidatos de MESTRADO será feita em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, a saber:

5.1.1. A **primeira etapa** constará de prova de conhecimentos gerais em saúde pública com questões fechadas, com base nas referências bibliográficas indicadas no **Anexo I** deste Edital. Será permitido o uso de calculadora eletrônica simples, exceto o recurso do celular. Essa prova



será realizada no dia **23 de novembro de 2018**, de **8 às 12 horas**, na Faculdade de Medicina, em sala a ser definida e divulgada pelo Centro de Pós-graduação da Faculdade de Medicina.

5.1.1.1. Serão atribuídas notas em escala de 0 a 100, exigindo-se para aprovação rendimento de, pelo menos, de 70%. O gabarito será divulgado no dia da realização da prova, após às 17 horas. A correção da prova será feita de forma anônima, sendo o nome do candidato conhecido apenas ao final, após atribuir as notas a todos os candidatos participantes da seleção. O resultado da primeira etapa será divulgado até o dia **27 de novembro de 2018, até as 17 horas**, no site do Programa (<http://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/>) e no mural da Secretaria do Centro de Pós-Graduação.

5.1.2. – A **segunda etapa** constará de redação sobre trajetória do candidato e opção pela saúde pública e de questões abertas relacionadas às referências bibliográficas indicadas no **Anexo I** deste Edital. Essa prova será realizada no dia **23 de novembro de 2018, de 14 às 17 horas**.

5.1.2.1. A **segunda etapa** será realizada por todos os candidatos, mas apenas os candidatos que obtiverem um rendimento de, pelo menos, de 70% na primeira etapa terão a segunda etapa corrigida pela banca examinadora. Nesta etapa serão atribuídas notas em escala de 0 a 100, exigindo-se para aprovação rendimento de, pelo menos, de 70%. A correção da prova será realizada de forma anônima.

5.2 – A não participação do candidato em qualquer etapa do processo de seleção ocasionará a eliminação do mesmo.

5.3 - Caberá recurso contra o resultado da primeira etapa do processo seletivo, que deve ser apresentado no prazo máximo de 2 dias corridos da divulgação do resultado da 1ª etapa, sem prejuízo do recurso final. O resultado da segunda etapa será divulgado com o resultado final. Os recursos deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa e entregues, pessoalmente ou mediante procuração simples, no endereço e horário de atendimento externo especificados no preâmbulo deste Edital.



6. DO PROCESSO SELETIVO – DOUTORADO

6.1. A seleção dos candidatos de DOUTORADO será feita em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, a saber:

6.1.1 – A primeira etapa será a análise do projeto de tese pela Comissão. Serão analisadas nesta etapa a justificativa e relevância do projeto para a saúde pública (30%), a adequação metodológica (40%), aspectos éticos e viabilidade (30%), levando-se em conta o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses para defesa do trabalho final. Apenas os candidatos que obtiverem 70% nesta fase serão convocados para a segunda etapa do processo seletivo. O resultado desta etapa será divulgado até o dia **21 de novembro de 2018**.

6.1.2 – A segunda etapa constará de duas avaliações: (1) análise do curriculum Lattes (25%) e (2) apresentação do projeto de tese seguida de arguição oral sobre o projeto apresentado (75%), totalizando 100%. Para ser aprovado nesta etapa o candidato deverá obter rendimento igual ou superior a 70%. Na análise do “Curriculum Lattes” serão avaliadas as publicações científicas (12,5%) e a experiência em pesquisa/docência/serviço (12,5%). Na apresentação do projeto de tese seguida de arguição oral serão avaliados: a apresentação do projeto (20%), o conhecimento sobre o tema do projeto e inserção na linha de pesquisa selecionada pelo candidato (35%) e domínio da metodologia proposta (20%). O projeto de tese deverá ser apresentado oralmente (duração de 15 minutos) pelo candidato. Haverá um equipamento de datashow disponível para este fim. Esta etapa será realizada nos dias **27 a 30 de novembro de 2018**, na Faculdade de Medicina, de acordo com o cronograma e em sala a ser definida e divulgada pela Secretaria do Centro de Pós-Graduação.

6.2 – A não participação do candidato em qualquer etapa do processo de seleção ocasionará a sua eliminação do processo de seleção.

6.3 – Caberá recurso contra o resultado da primeira etapa do processo seletivo, que deve ser apresentado no prazo máximo de 2 dias corridos da divulgação do resultado da 1ª etapa, sem prejuízo do recurso final. O resultado da segunda etapa será divulgado com o resultado final. Os recursos deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa e entregues, pessoalmente ou mediante procuração simples, no endereço e horário de atendimento externo especificados no preâmbulo deste Edital.



7. DA PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

7.1. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto N° 3.298/99, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário e local de aplicação das provas, se for o caso, e à nota mínima exigida para todos os candidatos.

7.2. DO RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE

7.2.1. O relatório do médico assistente e exames complementares deverão obedecer às seguintes exigências:

a) no relatório do médico assistente deverá constar o nome e o número do documento de identificação do candidato, o nome, o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e a assinatura do médico responsável pela emissão do relatório;

b) o relatório do médico assistente deverá descrever a espécie de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID 10);

c) no caso de pessoa surda ou com deficiência auditiva, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria e do relatório do otorrinolaringologista, informando se a perda auditiva do candidato é passível de alguma melhora com uso de prótese.

d) no caso de pessoa com deficiência visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em ambos os olhos (AO) com e sem correção e de campo visual, se for o caso;

e) no caso de pessoa com outras deficiências, o laudo poderá vir acompanhado de exames de imagem ou outros que corroborem para o diagnóstico.

8. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1. Aos candidatos com deficiência são assegurados condições especiais para realização das



provas.

8.2. A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

8.3. O candidato que solicitar qualquer condição especial e não apresentar o relatório médico terá o pedido de condições especiais indeferido e não poderá realizar as provas em caráter especial.

8.4. A omissão do candidato de solicitar condições especiais implica a realização das provas em igualdade de condições com os demais candidatos, não sendo concedido qualquer atendimento especial no dia da prova.

8.5. Os candidatos que possuam alguma deficiência e que necessitem de tempo adicional para fazer as provas deverão declarar no ato da inscrição a opção por tempo adicional.

8.6. O candidato que, em razão da deficiência, necessitar de tempo adicional para fazer as provas deverá solicitar ao especialista da área de sua deficiência que expresse, detalhadamente, no relatório médico a justificativa para concessão dessa condição especial.

8.7. O candidato que não apresentar o relatório médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele que apresentar relatório no qual o médico descreva que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

8.8. O tempo adicional para a realização das provas será de até uma hora.

8.9. O candidato com deficiência que, no ato da inscrição, não solicitar o tempo adicional, embora o médico prescreva no relatório a necessidade desse tempo, terá a sua vontade respeitada.

8.10. O candidato que em razão da deficiência necessitar de outras condições especiais para realização das provas, excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá proceder de acordo com o especificado no item 3.4 deste Edital.

9. DO RESULTADO FINAL E PRELIMINAR

9.1. A nota final será a média aritmética das notas obtidas na primeira e segunda etapas do processo seletivo. O resultado será divulgado no site <https://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/processo->



seletivo/, e será afixado no quadro de avisos da Secretaria do Programa, após a homologação pelo Colegiado do Programa, por ordem decrescente da nota final, por área de concentração (Epidemiologia e Saúde Pública) no caso do mestrado, **até às 17 horas do dia 04 de dezembro de 2018**, com a seguinte indicação de resultado: “reprovado” ou “aprovado, mas não-classificado” ou “aprovado e classificado”. Serão admitidos no mestrado e doutorado os candidatos aprovados e classificados dentro do limite das vagas ofertadas neste Edital, por área de concentração. O resultado da 2ª. etapa será divulgado como resultado final para candidatos indígenas e como resultado preliminar para candidatos com deficiência, ficando condicionado à comprovação de deficiência (em conformidade com o item 3.5 deste Edital).

9.2. Em caso de empate no MESTRADO, será considerado aprovado o candidato mais velho. Persistindo o empate, o desempate será decidido de acordo com o ano de obtenção do diploma de graduação, sendo aprovado o mais antigo.

9.3. Em caso de empate no DOUTORADO, ocupará a vaga o candidato que tiver obtido a maior nota em (1º) Curriculum Lattes; (2º) apresentação do projeto de tese seguida de arguição oral.

9.4. Os resultados não serão, em hipótese alguma, fornecidos por telefone, fax ou e-mail, devendo os candidatos consultar o site do Programa (<http://site.medicina.ufmg.br/cpgsaudepublica/>) ou o mural da Secretaria do Centro de Pós-Graduação, onde o resultado final será afixado. Os resultados finais serão divulgados em duas listas contendo a sequência decrescente de aprovação para:

a) Os candidatos indígenas serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: “**aprovado e classificado**” ou “**aprovado, mas não-classificado**” ou “**reprovado**”. Serão admitidos os candidatos aprovados e classificados por ordem decrescente da nota final nas vagas de indígena, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

b) Os candidatos com deficiência serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: “**aprovado e classificado, condicionado à constatação pela perícia médica da UFMG**” ou “**aprovado condicionado à constatação pela perícia médica da UFMG, mas não-classificado**” ou “**reprovado**”. Serão admitidos os candidatos aprovados e classificados e que tiverem a condição de pessoa com deficiência constatada pela perícia médica da UFMG por ordem decrescente da nota final nas vagas de candidatos com deficiência, até o limite das



vagas disponibilizadas neste Edital.

9.5. Havendo desistência de candidato indígena aprovado, a vaga será preenchida pelo candidato indígena aprovado e classificado em ordem decrescente de nota final.

9.6. Havendo desistência de candidato com deficiência aprovado, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência classificado em ordem decrescente de nota final.

9.7. Não havendo candidato indígena aprovado em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo curso, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

9.8. Não havendo candidato com deficiência aprovado em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo curso, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

9.9. Após a data de divulgação do resultado do processo seletivo, o candidato terá até 10 (dez) dias corridos, nos termos do Regimento Geral da Universidade e da Resolução no 13/2010, de 11 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da UFMG, para entrar com recurso em relação ao resultado da seleção. Os recursos deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa e entregues, pessoalmente ou por procurador, mediante procuração simples, no endereço da Secretaria indicado no item 3.2 deste Edital.

9.10. Durante o período de recurso será facultado ao candidato o acesso às suas respectivas avaliações.

9.11. No dia **18 de dezembro, às 10 horas**, para os candidatos aprovados no **MESTRADO** e no dia **19 de dezembro de 2018, às 10 horas**, para os candidatos aprovados no **DOUTORADO**, em sala a ser definida pelo CPG, será realizada reunião com os candidatos aprovados e classificados para orientações sobre a matrícula e funcionamento geral do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

9.12 Se houver alteração da classificação geral dos candidatos por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada.

9.12. Os candidatos cujas inscrições foram indeferidas, os “aprovados, mas não classificados” e os “reprovados” deverão retirar a documentação apresentada para a inscrição até 30 dias após o prazo



para o recurso final. Após esse prazo, os documentos não retirados serão destruídos.

10. DO REGISTRO E DA MATRÍCULA

10.1. O candidato aprovado e classificado no processo seletivo de que trata este Edital deverá efetuar, exclusivamente pela internet, no período de **07 a 21 de janeiro de 2019**, o seu cadastro prévio, mediante o preenchimento de formulário disponível no site <https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio>. O DRCA tomará as providências para efetuar o Registro Acadêmico após o recebimento da documentação completa dos candidatos selecionados, na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) e do preenchimento da Ficha de Cadastro Prévio pelo candidato classificado. A documentação completa dos selecionados será enviada ao DRCA pela Secretaria do Curso no dia **20 de fevereiro de 2019**.

10.2. O candidato com deficiência aprovado e classificado no processo seletivo somente poderá realizar o seu cadastro prévio após o resultado de constatação da condição de pessoa com deficiência pela perícia médica da UFMG.

10.3. O candidato que apresentou, no período de inscrição, documento comprobatório de estar em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, deverá entregar na Secretaria do Programa, **até o dia 15 de fevereiro de 2019**, documento que comprove a conclusão do curso de graduação (cópia do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido **ou** declaração de conclusão de curso em que conste a data da colação do grau). Não serão aceitas declarações com previsão de conclusão ou de colação. Em caso de curso de graduação concluído no exterior, deverá ser apresentada cópia do diploma de curso de graduação com selo de autenticação consular, conforme legislação vigente, e tradução juramentada do diploma para o português, exceto aqueles expedidos em língua inglesa, espanhola e francesa.

10.4. Candidatos estrangeiros deverão apresentar à Secretaria do Programa, até **15 de fevereiro de 2019**, os seguintes documentos:

a) Passaporte: a cópia das seguintes páginas: (1) página de identificação e (2) páginas do visto de entrada no Brasil (tipos: permanente, temporários I, IV, V), ou do Acordo de Residência do Mercosul. Em caso de vencimento do visto, ou de proximidade de



vencimento igual ou inferior a 30 dias, encaminhar também cópia do protocolo de prorrogação emitido pela Polícia Federal);

b) Cédula de Identidade de Estrangeiro emitida pela Polícia Federal contendo o RNE (Registro Nacional de Estrangeiros);

c) Documento que comprove a filiação. É desejável que o candidato apresente impressão de tela do Sincro (Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros), devidamente carimbada e assinada por agente da Polícia Federal;

d) CPF (Cadastro de Pessoa Física).

e) Comprovante de residência no Brasil (em nome próprio ou de outrem);

f) Comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC.

10.5. É vedado o registro acadêmico simultâneo em mais de um curso de graduação, de pós-graduação ou em ambos os níveis, conforme o disposto no artigo 39, § 2º do Regimento Geral da UFMG: “cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondendo a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG”. Perderá automaticamente o direito à vaga e será considerado formalmente desistente o candidato classificado que não efetuar o Cadastro Prévio na data fixada para a realização desse procedimento ou que não apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento de vaga(s) decorrente(s) destas situações será feito mediante convocação de outros candidatos aprovados, observada, rigorosamente, a ordem de classificação segundo a ordem decrescente de pontos obtidos no concurso, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.

10.6. A matrícula dos candidatos aprovados será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Programa, em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

10.7. O Registro Acadêmico e a matrícula dos candidatos com deficiência serão efetuados após o resultado da perícia médica, conforme registrado no item 3.5 desse Edital.

10.8 No caso do(a) indígena não possuir o português como língua materna, ele(a) deverá realizar

Faculdade de Medicina da UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Pós-Graduação - CPG



uma prova de proficiência em língua portuguesa, e estará dispensado de realizar a prova de outra língua estrangeira. No caso do(a) candidato(a) com deficiência auditiva que possuir libras como primeira língua, ele(a) deverá realizar uma prova de proficiência em língua portuguesa, e estará dispensado de realizar a prova de outra língua estrangeira.

Belo Horizonte, 24 de Setembro de 2018.

Profa Eli Iola Gurgel Andrade

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública

Av. Professor Alfredo Balena, 190 - 5º andar - Santa Efigênia
CEP 30130100 - Belo Horizonte MG - Brasil

+55 (31) 3409-9640
www.medicina.ufmg.br



ANEXO I

Referências bibliográficas para a prova do mestrado

1. Medronho R; Boch KV; Luiz RR; Werneck GL. Epidemiologia. Atheneu, São Paulo, 2009, 2ª Edição. Capítulos de 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 21, 28.
2. Barreto M. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2097-2108, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n7/1413-8123-csc-22-07-2097.pdf>
3. Fleury S, Ouverney AM. Política de saúde: uma política social. IN: GIOVANELLA L (org): Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. Cap 1, p.23-64 6.
4. Viana AL et al. Política de regionalização do SUS em debate: avanços e impasses da implementação das regiões e redes no Brasil. *Novos Caminhos*, n.15. Pesquisa Política, Planejamento e Gestão das Regiões e Redes de Atenção à Saúde no Brasil. Disponível em: http://www.resbr.net.br/wp-content/uploads/2017/04/Novos_Caminhos_15.pdf
5. Paim, J. A reforma sanitária como objeto de reflexão teórico conceitual. In: Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4ndgv/pdf/paim-9788575413593-07.pdf>
6. Bauman, Zygmunt. Trabalho. In: Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Cap 4, p.150-192.
7. Morosini MVGC, Fonseca AF, Lima LD (2018). Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. *Saúde em Debate*, 42(116), 11-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0011.pdf>
8. Santos IS, Vieira FS. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciênc. saúde coletiva*. 2018, vol.23, n.7 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2303.pdf>
9. Vieira FS; Benevides, RPS. O Direito à Saúde no Brasil em Tempos de Crise Econômica, Ajuste Fiscal e Reforma Implícita do Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, v. 10, p. 28, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/21860>
10. Souza MFM et al. Transição da saúde e da doença no Brasil e nas Unidades Federadas durante os 30 anos do Sistema Único de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1737-1750, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1737.pdf>
11. Campos GWS. SUS: o que e como fazer?. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1707-1714. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1707.pdf>